



NITERÓI

PREFEITURA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folhas
030/0029442/2016	30/08/2018	1	95

*Atestado de Sessão Ordinária
Data: 22/09/18*

EMENTA: ISS – Recurso Voluntário – Serviços de varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer (subitem 7.09) – Atividade que não se caracteriza como serviço de transporte intermunicipal de coisas Inteligência dos arts. 730 e 743 do Código Civil – Não-incidência do ICMS – Remoção e destinação final de resíduos como etapa do procedimento de gerenciamento de resíduos Inocorrência – Não caracterização de atividade-meio à prestação do serviço portuário, de apoio marítimo e logística (subitem 20.01) – Alcance dos termos contidos no subitem 7.09 – Sentido amplo – Ausência de vinculação ao conceito previsto na Lei nº 11.445/07 – Desprovemento do recurso.

Exmo. Sr. Presidente e demais membros deste Conselho,

I. Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto por NITPORT SERVIÇOS PORTUÁRIOS S/A em face da decisão de primeira instância que julgou improcedente a impugnação administrativa e manteve o Auto de Infração nº 50549, lavrado em razão do não recolhimento, na condição de responsável tributário, do valor de R\$ 74.516,24.



NITERÓI

MUNICÍPIO

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folhas
030.0029442/2016	30/08/2018	1	254

*Arquivo do Juízo Deante
Auto de Infração*

com o acréscimo de multa fiscal, correspondente ao ISS incidente sobre os serviços de remoção de resíduos (subitem 7.09), nos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e janeiro/2016 a maio/2016.

De acordo com o Relatório de Ação Fiscal, a Recorrente oferece os serviços de logística, com atividades de movimentação de cargas, armazenagens, abastecimento de água e combustíveis, gerenciamento de resíduos e reparos navais para sociedades empresárias exploradoras de petróleo e gás natural e que, ao analisar as notas fiscais emitidas e os contratos firmados, constatou a terceirização dos serviços de limpeza, remoção e destinação final dos resíduos para as sociedades Perenyj Serviços Tec. de Limp. Industrial Ltda. e Limpind Manutenção e Construção Ltda ("Contratadas").

Assim, diante da inexistência de emissão da Nota Fiscal de Serviços e recolhimento do ISS ao Município de Niterói, promoveu o lançamento do imposto através do Auto de Infração em questão.

O sujeito passivo apresentou impugnação cujo teor traz os seguintes argumentos: (i) que realiza a prestação de serviço de apoio logístico, através de uma complexa estrutura com a utilização de área e equipamentos modernos, fornecimento de mão-de-obra especializada e ampla gama de serviços; (ii) que uma das atividades englobadas pelo serviço de apoio logístico é o gerenciamento dos resíduos produzidos por exploradoras de petróleo e gás natural; (iii) que a atividade desempenhada pelas sociedades Contratadas é de mero transporte intermunicipal de resíduos, o que atrairia a incidência do ICMS; (iv) que as atividades de remoção e destinação final de resíduos comporiam um processo de gerenciamento de resíduos, que é atividade-meio para a prestação final dos serviços portuário, apoio marítimo e logístico (subitem 20.01) já tributados pelo ISS; (v) a necessidade realização de perícia, a fim de atestar a existência da prestação de um serviço de transporte intermunicipal, bem como de uma atividade-meio.



NITERÓI
PREFEITURA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folhas(s)
030/0029442/2016	30/08/2018	1	955

Recorrido Litigioso
MUN. NITERÓI

A decisão de primeira instância, com base no parecer proferido pelo PCA, julgou improcedente a impugnação por entender que a Recorrente é responsável pela retenção e recolhimento do ISS relativo aos serviços de coleta e remoção de resíduos tomados das sociedades Contratadas. Para a autoridade julgadora, não há que se falar em serviço de transporte intermunicipal – fato gerador do ICMS – na medida em que os bens “transportados” seriam genéricos e sem valor, o que afastaria a caracterização do contrato de transporte de coisas previsto no art. 749 do Código Civil.

No mais, afirma que a atividade atuada seria uma prestação-fim para as sociedades Contratadas, eis que prevista no objeto social dessas e exercida de forma autônoma.

Por fim, esclarece que a mera terciarização do serviço seria irrelevante para fins de incidência do ISS, não o tornando uma atividade-meio inserida no contexto da prestação dos serviços portuário, de apoio marítimo e logístico (subitem 20.01).

O recurso interposto renova os elementos apresentados por ocasião da impugnação, acrescentando o argumento de que, à luz da Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e Lei nº 11.445/07 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), o serviço contido no subitem 7.09 contemplaria apenas a atividade de limpeza urbana prevista na Lei nº 11.445/07, não englobando, portanto, a prestação do serviço de gerenciamento de resíduos descrito na Lei nº 12.305/10 e objeto da atuação.

Por sua vez, a Representação Fazendária opina pelo desprovemento do recurso por entender não caracterizado o serviço de transporte intermunicipal, tal como contemplado pelo Código Civil, subsumindo-se a atividade desempenhada ao conceito exprimido no subitem 7.09 da LC nº 116/03.



Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
030/0029442/2016	30/08/2018	1	938

*Arquivo de Gestão Legislativa
Atual. 22/05/18*

Foram encaminhados memoriais que sintetizam os argumentos recursais.

É o relatório. Voto.

II. Fundamentos

O Auto de Infração analisado foi lavrado em razão do não recolhimento, em condição de responsável tributário, do ISS incidente sobre os serviços de remoção de resíduos (subitem 7.09) tomados das sociedades Contratadas.

Primeiramente, rejeito a realização de perícia, eis que a matéria de fundo não depende de dilação probatória, consistindo em questão meramente de direito, subsunção dos fatos narrados à hipótese de incidência do ISS (subitem 7.09). Esse é o sentido do art. 464, §1º, incisos I e II do CPC¹, que se aplica subsidiariamente aos processos administrativos municipais.

Passo à análise do mérito recursal.

Com efeito, a Recorrente traz, em resumo, 3 (três) teses principais e complementares para afastar a tributação pelo ISS das atividades desenvolvidas pelas sociedades empresárias Contratadas.

A primeira, de que as sociedades Contratadas prestam mero serviço de transporte intermunicipal, o que atrairia a incidência do ICMS (art. 155, II, CR) e não do ISS (art. 156, III, CR).

¹ Art. 464: A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. § 1º O juiz indeferirá a perícia quando: I - a prova do litúrgico depender de conhecimento especial de técnico; II - for desnecessária, em vista de outras provas produzidas.



NITERÓI
PREFEITURA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
030/0029442/2016	30/08/2018	1	95 Atestado de Serviço Desafiado Metr. 228.994-9

Para tanto sustenta que tais sociedades não promoveram o gerenciamento dos resíduos produzidos pelas exploradoras de petróleo e gás natural que se utilizam do Porto de Niterói, mas apenas um serviço de transporte (de cargas) a pedido da Recorrente, sendo irrelevante o conceito civil indicado pelos arts. 749 a 750 do Código Civil.

Nesse sentido, tanto a Licença de Operação concedida pelo INEA para a realização da atividade de "coleta e transporte rodoviário de produtos perigosos" quanto a emissão do documento fiscal de Conhecimento de Transporte confirmariam a existência de um serviço de transporte.

A segunda, de que a atividade de remoção e destinação final de resíduos seria uma etapa do processo de gerenciamento de resíduos, que, por sua vez, seria mera atividade-meio a prestação do serviço de apoio logístico (subitem 20,01), este sim uma atividade-fim prestada pela NIIPORT decorrente da exploração do Porto de Niterói.

A terceira, de que não se mostra configurado o fato gerador do ISS, posto que o serviço contido no subitem 7,09 contemplaria apenas a atividade de limpeza urbana, na forma prevista pela Lei nº 11.445/07, enquanto que o serviço de gerenciamento de resíduos – objeto da tributação – estaria descrito na Lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em relação à **primeira tese**, o art. 155, inciso II da Constituição de 1988 define como uma das bases econômicas do ICMS a prestação de serviço de transporte intermunicipal:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:



Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
030/0029442/2016	30/08/2018	1	358

Protocolo de Serviço Local
Nº 228.514-8

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

O critério da base econômica tem o objetivo de circunscrever o âmbito de atuação de cada ente federativo no exercício do poder de tributar. Em outras palavras, a União, os Estados, o DF e os Municípios não podem tributar além dos sentidos semânticos oferecidos pelos termos utilizados pelo legislador constituinte.

Nas palavras de Leandro Paulsen, "a outorga de competência pelo critério da base econômica implica, efetivamente, por si só, uma limitação da respectiva competência às possibilidades semânticas (significado das palavras) e sintáticas (significado das expressões ou frases como um todo, mediante a consideração da inter-relação e implicação mútua entre as palavras) do seu enunciado"².

Isso significa que para delimitar o espectro de incidência do ICMS, impõe-se a investigação do significado das expressões ali contidas (serviço, transporte, intermunicipal), com a análise de cada um dos termos separadamente e em conjunto.

Nessa esteira, o art. 110 do Código Tributário Nacional dispõe que a lei tributária não pode alterar a definição, conteúdo e alcance dos conceitos de direito privado utilizados pela Constituição para definir ou limitar competências tributárias:

Art. 110. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas

² PAULSEN, Leandro. *Curso de direito tributário: completo*. 4. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012, p. 55.



NITERÓI

REPÚBLICA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
030/0029442/2016	30/08/2018		359

Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Logo, as possibilidades sintáticas e semânticas da base de tributação "serviço de transporte intermunicipal" devem ser buscadas do direito privado, mais precisamente no Código Civil, que trata expressamente do contrato de transporte em seu art. 730 e seguintes.

Ora, isso em nada diverge do que ocorre, por exemplo, com o IPTU, em que o sentido de propriedade é retirado do art. 1.228 do Código Civil ou do ICMS, em que o sentido de comunicação provém da Lei nº 9.472/97.

Igualmente, no julgamento do RE 574.706/PR acerca da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, o Supremo Tribunal Federal relembra a utilização do conceito de "receita bruta" estampado no art. 187, inciso I da Lei nº 6.404/76 para definir o que seria o termo "faturamento" previsto no art. 195 da Constituição.

Por tal razão, é preciso voltar os olhos ao art. 730 do Código Civil, que trata do contrato de transporte:

Art. 730. Pelo contrato de transporte alguém se obriga, mediante retribuição, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas.

Como se vê, o transporte poderá ser tanto de pessoas quanto de coisas, sendo este último a pretensão da Recorrente ao afirmar que os fatos tributados constituem mero serviço de transporte intermunicipal de resíduos.

Especificamente quanto ao transporte de coisas, Gustavo Tepadino explica que ele "pode ser definido como aquele pelo qual uma das partes (expedidor ou



Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folhas)
030/0029442/2016	30/08/2018		36

Atenção da Fazenda Distrital
Mes. 20.5.1.1-8

remetente) encarrega outra (transportador) de deslocar determinada mercadoria de um local para outro e de entregá-la pontualmente ao destinatário, mediante retribuição³³.

O art. 743 do Código Civil assim prescreve sobre tal tipo contratual:

Art. 743. A coisa, entregue ao transportador, deve estar caracterizada pela sua natureza, valor, peso e quantidade, e o mais que for necessário para que não se confunda com outras, devendo o destinatário ser indicado ao menos pelo nome e endereço.

Da leitura da norma supracitada, extrai-se que o bem entregue ao transportador deve estar perfeitamente caracterizado quanto à natureza, valor, peso, quantidade e o que mais for necessário para que não se confunda com outras mercadorias. Em outras palavras, a coisa transportada torna-se infungível para tais fins, de modo que as características serão informadas no momento da elaboração do documento fiscal de Conhecimento de Transporte³⁴.

Nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves, "o transportador não pode, com efeito, transportar coisa cuja natureza, espécie ou qualidade desconhece. Deve ser corretamente informado do conteúdo da embalagem não só para que possa tomar as providências necessárias, e especiais em alguns casos, como também para que possa exercer o direito de recusar a transportá-la (...)"³⁵.

A correta e precisa identificação serve, inclusive, para estabelecer limites a eventuais indenizações pela perda da coisa transportada, fonte no art. 750 do Código Civil:

³³ TELPÉDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Budin de. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*, v. 2, Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 543.

³⁴ TELPÉDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Budin de. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*, v. 2, Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 544.

³⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*, v. 3, 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 493.



NITERÓI

PREFEITURA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
030/0029442/2016	30/08/2018	1	261

*Atuação da Souza Diniz
Márcia Zilli Simões*

Art. 750. A responsabilidade do transportador, limitada ao valor constante do conhecimento, começa no momento em que ele, ou seus prepostos, recebem a coisa terminada quando é entregue ao destinatário, ou depositada em juízo, se aquele não for encontrado.

Estabelecidas as premissas acerca da identificação de um contrato de transporte de coisas, partimos para a análise dos fatos tributados.

Consoante o Relatório de Ação Fiscal, as atividades desenvolvidas pelas sociedades Contratadas não poderiam ser qualificadas como de transporte de carga, pois a caracterização da coisa é genérica, usualmente classificada como "resíduos diversos", sem indicação do peso ou valor. O bem transportado não teria valor intrínseco, elemento essencial para a configuração do fato gerador do ICMS.

Com efeito, tal quadro fático (caracterização genérica da coisa como "resíduos diversos") pelo Fiscal de Tributos não foi em nenhum momento impugnado pela Recorrente, que se limitou a divergir quanto à subsunção dos fatos à hipótese de incidência. Logo, não há divergência quanto à dinâmica do ocorrido.

Deste modo, presumo que, de fato, a coisa transportada não era conhecida quanto à sua natureza, espécie ou qualidade, o que a descaracteriza como objeto de um contrato de transporte. Logo, não há como se falar na ocorrência do fato gerador do ICMS, pois não estamos diante de um serviço de transporte intermunicipal de coisa.

Ratificando o exposto acima, o Superior Tribunal de Justiça possui remansoso entendimento de que a remoção de resíduos industriais impréstitos não pode ser equiparada à atividade de transporte, sendo, em verdade, típica atividade de coleta de lixo:

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folhas
050/0029442/2016	30/08/2018	1	262

*Município de Santa Luzia
Ano 2018*

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS. COLETA E REMOÇÃO DE LIXO. NÃO INCIDÊNCIA DO TRIBUTO.

A remoção de "container" com resíduos industriais impréstáveis, de um local para outro, segundo determinação do órgão público, não pode ser equiparada à atividade de transporte puro e simples, prevista na lista de serviços do Decreto-Lei nº 406/69. Indevido, portanto, o ISS reclamado pelo fisco.

(REsp 89.074/SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/1999, DJ 24/05/1999, p. 017)

Transcrevo aqui o argumento trazido pelo Ilmo. Ministro Relator Hélio Mosimann:

"A tese defendida pelo agravante não tem qualquer razoabilidade, sendo evidente que "transporte" de container com resíduos industriais impréstáveis é essencialmente atividade de coleta de lixo, que não pode ser equiparada ao transporte puro e simples, que pressupõe mercadorias com finalidade útil, que são deslocadas de um local para outro, segundo a escolha do contratante, o que não ocorre na espécie, onde a agravada é que dá a destinação que lhe aprorver ao lixo".

Para o eminente Ministro, a finalidade útil da coisa deslocada é essencial a caracterização do contrato de transporte, o que não ocorre no caso em tela. Assim, ele conclui que a atividade desenvolvida é de coleta de lixo:

"(...) a sua principal atividade é a coleta de lixo, sendo o transporte para os locais indicados mera consequência. Não se cuida, a evidência, de transporte no sentido jurídico do termo, mas de remoção, e a coleta de lixo não está contida na lista de serviços do Decreto-Lei nº 406-69, sendo, portanto, indevida o ISS".



Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folhas)
030/0029442/2016	30/08/2018	1	963

Assinatura do Secretário de Administração
Data: 27/08/2018

Por fim, quanto aos documentos acostados, o objeto social das Contratadas prevê não somente o transporte rodoviário de produtos perigosos, mas também a coleta, tratamento e disposições de resíduos perigosos. O mesmo se diz da Licença de Operação, que autoriza a realização das atividades de coleta e transporte rodoviário de produtos perigosos. Logo, não são fundamentos suficientes para delinear a materialidade do fato gerador.

Para se configurar uma prestação de serviço de transporte intermunicipal, é preciso que o objeto da avença seja efetivamente um contrato de transporte. Como afirmava Bernardo Ribeiro de Moraes por ocasião dos comentários ao Decreto-Lei nº 406/68, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 834/69, "o transporte deve ser visto como atividade da empresa, que objetiva a locomoção de pessoas ou bens. O que interessa é o transporte como fim em si mesmo e a responsabilidade do transportador".

Logo, se o contrato tem por escopo compromisso diferente do transporte, inexistirá o contrato mesmo que para cumprir a missão a pessoa utilize veículo de transporte⁷. A avença não é relativa ao transporte em si, mas a remoção e destinação dos resíduos gerados pela atividade petrolífera.

A todo o exposto, rejeito a tese de incidência do ICMS.

O enfrentamento da **segunda tese** pressupõe a análise do argumento de que a atividade de remoção e destinação final de resíduos seria uma etapa do processo de gerenciamento de resíduos, que, por sua vez, seria mera atividade-meio à prestação do serviço de apoio logístico (subitem 20.01).

⁷ MORAIS, Bernardo Ribeiro de. Doutrina e prática do imposto sobre serviços. 1. ed. 3. tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1984. p. 27.

⁸ MORAIS, Bernardo Ribeiro de. Doutrina e prática do imposto sobre serviços. 1. ed. 3. tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1984. p. 266.



Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
030:0029442:2016	30/08/2018	1	36

Carla de Souza Duarte
MPL 2018.514-B

Trata-se de uma questão complexa que envolve a compreensão dos conceitos de "remoção e destinação final de resíduos", "gerenciamento de resíduos" e "serviço de apoio logístico", além da estrutura do ISS.

O cerne da materialidade do ISS é uma prestação de serviço que compreende um negócio jurídico pertinente a uma obrigação de fazer, de conformidade com as diretrizes de direito privado.

Não se inclui nessa regra o serviço considerado como mera atividade-meio (etapa de operação), sem autonomia da obrigação principal⁸. Isso porque o tomador do serviço contrata a consecução de um determinado objetivo e sua pretensão só resta satisfeita depois de concluído tal objeto, de modo que a execução de tarefas intermediárias solitariamente ponderadas, ainda que necessárias ao fim proposto, representa, para o tomador do serviço, serviço incompleto⁹.

A tese apresentada, repita-se, é de que a remoção e destinação final dos resíduos gerados por petrolíferas são impassíveis de tributação pelo ISS, pois configuram meras etapas do serviço de gerenciamento de resíduos, que, por sua vez, é mera etapa do serviço de apoio logístico, esta, sim, atividade-fim prestada pela Recorrente.

O serviço de apoio logístico invocado pela Recorrente está contido no subitem 20.01, que trata dos serviços portuários e serviços de apoio marítimo, logística e congêneres, *verbis*:

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador

⁸ MFLG, José Eduardo Soares de. ISS: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 46-49.

⁹ CORAZZA, Edison Aurélio. Imposto sobre a prestação de serviços: local da prestação e determinação da competência tributária. In: MACIADO, Rodrigo Brunelli (Coord.). O ISS na Lei Complementar nº 116/2003. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 25.



NITERÓI
PREFEITURA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folhas)
030/0029442/2016	30/08/2018	1	265

265
Arquivo de Niterói Linter
Ata 220/03-0

escoteiro, atracação, desatracação, serviços de pilotagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação no largo, serviços de amadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

De acordo com a doutrina nacional, "os serviços portuários referem-se à utilização de porto, movimentação de passageiros, mercadorias e cargas"¹⁶, enquanto que apoio logístico (ou logística) "envolve planejamento e realização de projeto para execução das atividades portuárias como transporte, distribuição e armazenamento de cargas; reparação, manutenção de material etc."¹⁷.

Nessa esteira, o Estatuto da Recorrente contém os seguintes objetos sociais:

"Art. 2º - A Companhia tem por objeto: i) a gestão e exploração do arrendamento do Terminal I, de uso público especializado na movimentação e na armazenagem de grãos sólidos e carga em geral, do Porto de Niterói; ii) Desenvolvimento de atividades de apoio portuária, mediante abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e outras facilidades de apoio a embarcações; iii) Gerenciamento de Resíduos; iv) Exploração de fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias e projetos associados e a exploração de outros projetos ou atividades diretamente relacionadas ao seu objeto social".

Como se verifica, além das atividades de gestão e exploração do Porto de Niterói (serviços portuários) e de desenvolvimento de atividades de apoio portuário, tais como abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e outras facilidades de

¹⁶ DACAMÓ, Natalia de Nardi. A hipótese de incidência tributária do Imposto sobre Serviços. São Paulo: Noeses, 2006, p. 245.

¹⁷ HARADA, Kiyoshi. ISS: doutrina e prática. São Paulo: Atlas, 2006, p. 181.



Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folhas
030/0029442/2016	30/08/2018	1	366 <i>iniciado por Souza Luvato 14/08/2018-14-2</i>

apoio a embarcações (serviço de apoio marítimo), a Recorrente prevê em seu objeto o "Gerenciamento de Resíduos".

Consoante o art. 3º, inciso X da Lei nº 12.305/10, o gerenciamento de resíduos consiste em um "conjunto de ações exercidas, diretas ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos".

Note-se que apesar do conceito uno, o gerenciamento de resíduos consiste num conjunto de diversas atividades, tais como coleta, transporte, tratamento e destinação final, que não serão necessariamente desempenhadas pela mesma pessoa. Em outras palavras, o fato da lei classificar o gerenciamento como um processo complexo não conduz ao pensamento, por si só, de que ele é apenas um serviço ou que será desenvolvido por apenas um único indivíduo. Ao meu ver, esta é a falha da tese da Recorrente.

Em primeiro lugar, quando o subitem 20.01 trata do serviço portuário, de apoio marítimo e de logística, ele não inclui entre as suas materialidades tributáveis o gerenciamento de resíduos. A regra-matriz de incidência compreende apenas as atividades afetas ao gênero portuário, entre elas o abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e outras facilidades de apoio a embarcações se utilizem do Porto de Niterói.

Quando a Recorrente celebra contrato de "base de apoio logístico offshore" com as sociedades empresárias do ramo do petróleo, ela se compromete a oferecer múltiplos serviços – movimentação e armazenagem de equipamentos, suprimento de combustíveis, controle de materiais etc. Todos esses serviços, contudo, possuem um denominador comum: auxiliam as embarcações atracadas.



NITERÓI
PREFEITURA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
030/0029442/2016	30/08/2018	↑	268 Núcleo de Santa Luz Mat. 270 R.A.R.

Com base nessa premissa, tenho que a armazenagem de resíduos oriundos da exploração do petróleo e gás natural no Porto de Niterói é atividade que está contida no subitem 20.01, posto que relacionada ao auxílio de embarcações e diretamente derivada de um contrato celebrado entre a Recorrente e as petrolíferas.

Ocorre que, como já mencionado, o gerenciamento de resíduos é um conjunto de atividades que não se reduz à mera armazenagem. Ainda que esta tarefa (armazenagem) possa ser considerada um serviço portuario no caso em comento, pois desempenhada no âmbito de um contrato de prestação de serviço de apoio logístico no Porto de Niterói, ela não esgota todo o processo de manejo dos resíduos sólidos.

Noutros dizeres, é incorreto afirmar que toda a complexa cadeia de gestão de resíduos sólidos é apenas um serviço, que necessariamente será desempenhado por exclusiva pessoa e, assim, tributado uma única vez pelo ISS. Os demais processos previstos na Lei nº 12.505/10, que não a correta armazenagem dos resíduos, podem ser plenamente desempenhados por outros sujeitos em relações jurídicas desconectadas do serviço portuario.

Após detida análise dos autos, estou convencido de que as atividades de coleta, remoção e destinação final de lixo desempenhadas pelas Contratadas não são etapas intermediárias do serviço portuario e, sim, objeto final de um contrato específico celebrado com a Recorrente.

Coleta é o ato de recolher lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, enquanto que a remoção é o serviço de transportar o lixo, os rejeitos e outros resíduos quaisquer de um ponto a outro¹⁵. A utilização de transporte pelas Contratadas nada mais é do que um meio à consecução da prestação-fim, que é remover os resíduos armazenados

¹⁵ DACAMO, Nilania de Nardi. A hipótese de incidência tributária do Imposto sobre Serviços. São Paulo: Noeses, 2006, p. 127.



NITERÓI
PREFEITURA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Pólhuca
030/0029442/2016	30/08/2018	1	368

*Assinado em 30/08/2018
pelo Zilmar*

provisoriamente pela Recorrente e, para tanto, necessitam de licenças específicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

Em suma, o esforço humano desempenhado pelas Contratadas é fato gerador autônomo do ISS com base no subitem 7.09, de modo que rejeito também a segunda tese.

Por fim, a terceira tese também não pode ser acolhida, pois o subitem 7.09 não se restringe ao conceito de lixo urbano trazido pelo art. 2º, inciso I, "c" da Lei nº 11.445/07, com redação dada pela MP nº 844/2018, que trata das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.

O subitem 7.09 mencionada múltiplas ações relacionadas a lixo, **rejeitos** e **outros resíduos**:

7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;

A Lei nº 12.305/10, ao tratar da Política Nacional de Resíduos Sólidos, disciplina o correto manejo de **resíduos** e **rejeitos**, conforme art. 3º, incisos X, XV e XVI:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos;



NITERÓI

MUNICÍPIO

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
050/0029442/2016	30/08/2018	1	269

colado em folha solta
nº 208 514-B

ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei.

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

Orá, não há qualquer base para restringir o subitem 7.09 à limpeza urbana, ainda mais porque a própria redação da LC nº 116/03 faz menção aos conceitos de resíduos e rejeitos, que também são disciplinados pela Lei nº 12.305/10.

Além disso, não se pode deixar de notar que ambas as leis citadas pela Recorrente são cronologicamente posteriores à norma tributária. Como poderia o legislador se utilizar de um conceito até então inexistente para limitar o alcance da LC nº 116/03?

Com efeito, a título exemplificativo, o subitem 7.09 contempla as seguintes atividades: (i) coleta e transporte de resíduos perigosos e não-perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas etc.; (ii) coleta e remoção de materiais recuperáveis, de entulhos, refugos de obras e demolições; (iii) operação de estações de transferência de resíduos não-perigosos; (iv) transferência



NITERÓI

PREFEITURA

Processo Administrativo	Data	Rubrica	Folha(s)
030/0029442/2016	30/08/2018	1	32

Handwritten signature and stamp:
Eduardo Sobral Tavares
Assessor Jurídico
Junho 2018

definitiva de resíduos não-perigosos para os aterros e lixões; (v) gestão de transferência de lixo; (vi) eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento; (vii) triagem e eliminação de resíduos não-perigosos por outros meios; (viii) sucção de rejeitos; (ix) identificação, tratamento, embalagem e rotulagem de resíduos perigosos para fins de transporte;

Portanto, também rejeito a terceira tese.

III. Dispositivo

Pelo exposto, voto pelo conhecimento e **desprovemento** do recurso, mantendo-se a decisão de primeira instância e, conseqüentemente, a higidez do Auto de Infração nº 50549.

Em 30.08.2018.

Handwritten signature of Eduardo Sobral Tavares
EDUARDO SOBRAL TAVARES
CONSELHEIRO



021
Rúbrica de Souza Duarte
Mat. 228.514-8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 030/029442/16

DATA: - 27/09/2018

CERTIFICO, em cumprimento ao artigo 38, VIII, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto nº. 9735/05;

1061ª SESSÃO

HORA: - 10:00

DATA: 27/09/2018

PRESIDENTE: - Paulo Cesar Soares Gomes

CONSELHEIROS PRESENTES

1. Carlos Mauro Naylor
2. Alcídio Haydt Souza
3. Celio de Moraes Marques
4. Dr. Eduardo Sobral Tavares
5. Amauri Luiz de Azevedo
6. Manoel Alves Junior
7. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
8. Roberto Pedreira Ferreira Curi

VOTOS VENCEDORES - Os dos Membros sob o nºs. (01,02,03,04)

VOTOS VENCIDOS: - Dos Membros sob o nºs. (05,06,07,08)

IMPEDIMENTO: - Os dos Membros sob os nºs. (X)

ABSTENÇÃO: - Os dos Membros sob os nº.s (X)

VOTO DE DESEMPATE: - SIM (X)

NÃO ()

RELATOR DO ACÓRDÃO: - Dr. Eduardo Sobral Tavares

FCCN, em 27 de setembro de 2018.

Rúbrica de Souza Duarte
Mat. 228.514-8

Handwritten signature and stamp in the top right corner.



PREFEITURA DE
Niterói

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE

ATA DA 1061ª Sessão Ordinária
DECISÕES PROFERIDAS
Processo 030/029442/16
NITPORT SERVIÇOS PORTUÁRIOS S/A

DATA: - 27/09/2018

RECORRENTE: - Nitport Serviços Portuários S/A
RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal
RELATOR: - Dr. Eduardo Sobral Tavares

DECISÃO: - Pelo voto de desempate do Presidente, de acordo com o que dispõe o art. 12 c/c § 4º da Lei nº 2228, de 06/09/2005, alterada pela Lei nº 2679, de 29/12/2009, c/c o inc. II, do art. 20, § 4º do art. 63, art. 64 e 104, § 1º do Decreto nº 9735, de 28/12/2005 – Regimento Interno do Contribuintes – FCCN, a decisão foi no sentido de negar provimento ao Recurso Voluntário, mantendo a decisão de Primeira Instância, conseqüentemente, Recurso Voluntário não provido.

EMENTA APROVADA
ACÓRDÃO Nº. 2227/2018

“ISS – Recurso Voluntário – Serviços de varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer (subitem 7.09) – Atividade que não se caracteriza como serviço de transporte intermunicipal de coisas – inteligência dos arts. 730 e 743 do Código Civil – Não incidência do ICMS – Remoção e destinação final de resíduos como etapa do procedimento de gerenciamento de resíduos – Inocorrência – Não caracterização de atividade-meio à prestação do serviço portuário, de apoio marítimo e logística (subitem 20.01) – Alcance dos termos contidos no subitem 7.09 – Sentido amplo – Ausência de vinculação ao conceito previsto na Lei nº. 11445/07 – Desprovimento do Recurso”

FCCN, em 27 de setembro de 2018.

CONSELHO DE CONTRIBUINTE DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

973
MUNICÍPIO DE NITERÓI RJ
MAY 28 2018



NITERÓI

PREFEITURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

RECURSO: - 030/029442/16

"NITPORT SERVIÇOS PORTUÁRIOS S/A."

RECURSO VOLUNTÁRIO

MATERIA: - ISSQN – AUTO DE INFRAÇÃO Nº 50549, DE 16/12/2016

Senhor Secretário,

A conclusão deste Colegiado, pelo voto de desempate, do Presidente, de acordo com o que dispõe o art. 12 c/c § 4º da Lei nº 2228, de 06/09/2005, alterada pela Lei nº 2679, de 29/12/2009, c/c o inc. II, do art. 20, § 4º do art. 63, art. 64 e 104, § 1º do Decreto 9735, de 28/12/2005 – Regimento Interno do Conselho de Contribuintes – FCCN, a decisão foi no sentido de negar provimento ao Recurso Voluntário, mantendo a decisão de Primeira Instância, conseqüentemente, Recurso Voluntário conhecido e não provido.

Face ao exposto, submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nos termos do art. 5º do art. 40 do Decreto nº.10487/09.

FCCN, em 27 de setembro de 2018.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

RUA VISCONDE DE SEPETIBA 987, 987, 6º ANDAR
NITERÓI - RJ
21 26200403 - CNPJ: 26.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030029442/2018
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 03/10/2018
Hora: 13:05
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Publico 81%

27/9
Nilceia de Souza Duarte
Mat. 226.514-8

Processo : 030029442/2018
Data : 26/12/2018
Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO
Requerente : NITPORT SERVICOS PORTUARIOS S/A
Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 53549, DE 16/12/2018.

Titular do Processo : NITPORT SERVICOS PORTUARIOS S/A
Hora : 12:25
Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Despacho : Ao
FCAD,

Senhora Coordenadora,

Face o disposto no art. 20, nº. XXX e art. 107 do Decreto nº. 9735/05 (Regimento Interno do Conselho de Contribuintes) solicito a publicação em Diário Oficial do Acórdão abaixo:
"Acórdão" nº. 2227/2018: - ISS - RECURSO VOLUNTÁRIO - SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, COLETA, REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO, REJEITOS E OUTROS RESÍDUOS QUAISQUER (SUBITEM 7.09) - ATIVIDADE QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE COISAS - INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 730 E 743 DO CÓDIGO CIVIL - NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS - REMOÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS COMO ETAPA DO PROCEDIMENTO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS - INOCORRÊNCIA - NÃO CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE - MEIO À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PORTUÁRIO, DE APOIO MARÍTIMO E LOGÍSTICA (SUBITEM 20.01) - ALCANCE DOS TERMOS CONTIDOS NO SUBITEM 7.09 - SENTIDO AMPLO - AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO AO CONCEITO PREVISTO NA LEI Nº 11445/07 - DESPROVIMENTO DO RECURSO.

FCCN em 03 de outubro de 2018.

Nilceia de Souza Duarte
Mat. 226.514-8

Au FCCM,
Publicado em 05/10/18
05/10/18
FCAD, Niterói
Natalia Cardoso de Souza
Diretora de Administração da SMF
Mat. 241.998-1

0301029442116

275

2

PORTARIA Nº 384/2018 - Designa KARINA PONCE DINIZ como RELATORA, MARIA DECILIA NOBRE MAURO DE ALMEIDA e FERNANDA DE OLIVEIRA VALLE DOS SANTOS como REVISORA e VOGAL, respectivamente, para constituir Comissão de Sindicância atuando através do Processo nº 020/004192/2018 com a finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº 030/013613/2018.

Publicado em
05/10/18

PORTARIA Nº 385/2018 - Designa KARINA PONCE DINIZ como RELATORA, MARIA DECILIA NOBRE MAURO DE ALMEIDA e FERNANDA DE OLIVEIRA VALLE DOS SANTOS como REVISORA e VOGAL, respectivamente, para constituir Comissão de Sindicância atuando através do Processo nº 020/03717/2018 com a finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº 030/004785/2018.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2018

A Prefeitura Municipal de Niterói torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará taboação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Ativo Pregão Global em sessão pública eletrônica a partir das 10:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 23/10/2018, através do site www.comprasnet.gov.br, destinada a AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE ARMAZENAMENTO E ARQUIVAMENTO, para atender às necessidades do Departamento de Pessoal, objetivando a redução de custos de aquisição e armazenamento, bem como permitindo um melhor controle das práticas, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, relativo ao processo nº 020/002009/2018. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.comprasnet.gov.br e www.niteroi.gov.br.

Almeida
Márcia 239.505-0

Despachos do Secretário

Licença Especial - Deferição

20/02-478- de 07/10 de 28/12/2018

Fixação de Proventos

Ficam fixados, os proventos mensais de JORGINA CONTINHO DA SILVA apresentada no cargo de Agente Administrativo, nível 03, categoria VI, matrícula nº 1218.200-4, em face da diligência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro contida no Processo Administrativo nº 20/3912/18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PORTARIA Nº 024/SMF/18 - DESIGNA JEFFERSON DA COSTA SILVA, para responder pelo expediente do Conselho de Contribuintes, da Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 15/10 a 12/11, do corrente ano.

DESPACHOS

DO PRESIDENTE DO FCCN

30/27244/17 - STX SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ACÓRDÃO Nº 2225/2018 - ISS - RECURSO DE OFÍCIO - DECISÃO QUE SE MANTÉM, FACE A COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO DO ISS EXIGIDO NA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 65357/17, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

30/28442/18 - NITPORT SERVIÇOS PORTUÁRIOS S/A - ACÓRDÃO Nº 2227/2018 - ISS - RECURSO VOLUNTÁRIO - SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, COLETA, REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO, REJEITOS E OUTROS RESÍDUOS QUAISQUER (SUBITEM 7.09) - ATIVIDADE QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE COISAS - INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 730 E 743 DO CÓDIGO CIVIL - NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS - REMOÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS COMO ETAPA DO PROCEDIMENTO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS - INOCORRÊNCIA - NÃO CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE - MEIO À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

PORTUÁRIO, DE APOIO MARÍTIMO E LOGÍSTICA (SUBITEM 20.01) - ALCANCE DOS TERMOS CONTIDOS NO SUBITEM 7.08 - SENTIDO AMPLO - AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO AO CONCEITO PREVISTO NA LEI Nº 1448/07 - DESPROVIMENTO DO RECURSO.

30/28317 - NITSHORE ENGENHARIA E SERVIÇOS PORTUÁRIO - ACÓRDÃO Nº 2225/2018 - ISS - RECURSO VOLUNTÁRIO - SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, COLETA, REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO, REJEITOS E OUTROS RESÍDUOS QUAISQUER (SUBITEM 7.09) - ATIVIDADE QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE COISAS - INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 730 E 743 DO CÓDIGO CIVIL - NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS - REMOÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS COMO ETAPA DO PROCEDIMENTO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS - INOCORRÊNCIA - NÃO CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE - MEIO À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PORTUÁRIO, DE APOIO MARÍTIMO E LOGÍSTICA (SUBITEM 20.01) - ALCANCE DOS TERMOS CONTIDOS NO SUBITEM 7.08 - SENTIDO AMPLO - AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO AO CONCEITO PREVISTO NA LEI Nº 1448/07 - DESPROVIMENTO DO RECURSO.